



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 8.778, DE 2017** **(Do Sr. Cabo Sabino)**

Altera a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, para obrigar o hasteamento da bandeira nacional nas datas em que especifica, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-7477/2010.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A.

*“Art.14-A. Hasteia-se, obrigatoriamente, em local visível, a Bandeira Nacional, nos dias 7 de setembro, 15 e 19 de novembro, em todas as residências, repartições públicas, nos estabelecimentos comerciais, de ensino e sindicatos.*

*“Parágrafo Único - O Poder Público promoverá políticas públicas de incentivo a utilização da Bandeira Nacional nas datas contidas no caput deste artigo”.*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei em tela visa aprimorar a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, determinando o hasteamento da bandeira nacional nos dias 7 de setembro( Dia da Independência), 15 de Novembro(Proclamação da República) e 19 de novembro( Dia da Bandeira Nacional).

A proposição em comento tem o escopo de incentivar e criar regra de valorização do uso do símbolo extremamente relevante para a nação brasileira, a saber, a fixação da bandeira do Brasil em todas as residências, repartições públicas, estabelecimentos comerciais, de ensino e sindicatos.

A presente iniciativa tem como finalidade desenvolver o sentimento do patriotismo de nossa população.

O patriota é aquele que ama seu país e procura servi-lo da melhor forma possível.

Nesse contexto, os símbolos nacionais de um país e seu significado histórico, especialmente a bandeira nacional, diz muito a respeito da cultura e da história de uma nação.

O lema “ordem e progresso”, estampado em nossa bandeira, considerada uma das mais belas do mundo, evidencia o valor e o objetivo que os brasileiros abraçam com prioridade. Mas uma coisa é a teoria, outra, a prática.

O orgulho nacional é para os países o que a autoestima é para os indivíduos: uma condição necessária para o aperfeiçoamento. O patriotismo é uma forma de orientação política, sentimento basilar e orientador para qualquer nação.

Ademais, resta-nos claro que o sentimento patriótico está em extinção no Brasil. E isso não é bom, pois sinaliza uma série de problemas.

Dentre esses problemas podemos destacar a corrupção, fato que tem assolado a sociedade brasileira, pois a corrupção deforma o sentido republicano da prática política, afeta a integridade dos valores que informam e dão significado à própria ideia de República, frustra a consolidação das Instituições, compromete a execução de políticas públicas em áreas sensíveis como as da saúde, da educação, da segurança pública e do próprio desenvolvimento do País, além de vulnerar o princípio democrático.

Neste diapasão, a identificação com os valores da pátria faz toda a diferença na formação do cidadão. Sem essa identificação o indivíduo não exerce a cidadania sequer em sua casa, quem dirá na defesa do País. Assim, acreditamos que o exercício da cidadania este sensivelmente ligado com a identificação do cidadão com sua pátria.

Recentemente, fizemos uma visita oficial ao Chile, com o objetivo de entender o funcionamento das polícias para propor mudanças eficazes ao Brasil.

Restou-me claro que, nossa legislação é muito tímida, se comparada à de outros países, na valorização dos símbolos nacionais.

No Chile, por exemplo, a população é obrigada, por lei, a exibir a bandeira chilena seguindo uma série de regras. Para orientar os chilenos, os Carabineros (polícia chilena), que fazem a fiscalização, distribuem nas redes sociais infográficos, em que ensinam as principais regras e a posição em que a bandeira deve ser exposta nas janelas. Quem esquecer pode ter de pagar multas que vão de R\$ 222 a R\$ 1,110.

Por fim, pareceu-nos necessário apontar que as medidas propostas no presente Projeto de Lei, até mesmo por sua inestimável importância, integram comandos legais de grande relevância a nossa Pátria, os quais serão componentes assecuratórios na busca pela defesa de uma nação mais forte.

Tendo em vista o acima exposto, e o seu relevante mérito para o desenvolvimento do Patriotismo entre nossos cidadãos, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 2017.

**Deputado CABO SABINO**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971**

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos  
Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO III**  
**DA APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS**

**Seção I**  
**Da Bandeira Nacional**

.....

Art. 14. Hasteia-se, obrigatoriamente, a Bandeira Nacional, nos dias de festa ou de luto nacional, em todas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos.

Parágrafo único. Nas escolas públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

Art. 15. A Bandeira Nacional pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 1º Normalmente faz-se o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

§ 2º No dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, o hasteamento é realizado às 12 horas, com solenidades especiais.

§ 3º Durante a noite a Bandeira deve estar devidamente iluminada.

Art. 16. Quando várias bandeiras são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o tope e a última a dele descer.

.....

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a de nº 5.389, de 22 de fevereiro de 1968, a de nº 5.443, de 28 de maio de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, 1 de setembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

**EMÍLIO G. MÉDICI**

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Mário de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

**FIM DO DOCUMENTO**